

1- Glaciene Januario Hottis Lyra

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS :
CONHECENDO AS ESPECIFICIDADES DA EJA, O SILÊNCIO DOS SORRISOS
NÃO REVELADOS, A VERDADE QUE NÃO EMERGE, O MEDO DO “SER”
ESCONDIDO ENTRE NÚMEROS LETRAS E SONHOS.

1-Prof. Me .Glaciene Januario Hottis Lyra , Pedagoga, Psicanalista, Psicopedagoga Clinica e Hospitalar, Neurociência Clínica, Professora da UEMG, MG, Unidade de Carangola, Coordenadora do Extensão – NUPEX, Escritora, Clínica no Centro Psicopedagógico Oficina do Saber, Carangola, MG, Membro da ABENEPI, Mãe, Esposa, Mulher e Amiga.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como enfoque principal "A Educação de Jovens e Adultos e a evasão escolar: Conhecendo as especificidades da EJA", buscando a compreensão de conhecimentos produzidos na área da Educação de Jovens e Adultos evidenciando sua amplitude através dos diversos problemas tratados, suas tendências pedagógicas e teóricas expressas nos referenciais e suas vertentes metodológicas. Diante dessa premissa, esta produção teórica tem como principal objetivo identificar os fatores que contribuem para a evasão escolar na EJA bem como verificar os problemas que impedem uma boa qualidade na educação dos jovens e adultos que sonham em adquirir conhecimentos, se aperfeiçoar para o mercado de trabalho. Assim, o presente trabalho surgiu da necessidade de fazer uma reflexão acerca da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, suas políticas e entraves, bem como sobre a necessidade de transformação da prática educativa nesta modalidade de ensino por meio de uma abordagem qualitativa de pesquisa de cunho bibliográfico e através dela, é possível compreender as relações que o objeto de estudo apresenta com a evasão escolar. A escolha da abordagem deve-se ao fato de proporcionar a reflexão a respeito da necessidade da preparação do educador de jovens e adultos, de acordo com a realidade que ele se efetua socialmente, oferecendo ao aluno condições de entender o mundo da construção do conhecimento e contribuir para que esta modalidade de ensino tenha oportunidades mais igualitárias e mais justas na nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação, Escola, Oportunidades, Reflexão, EJA.

ABSTRACT

This work of completion has as main focus "Education for Youth and Adults and truancy: Knowing the specifics of the EJA," seeking the understanding of knowledge produced in the field of Education for Youth and Adults showing their range through the various problems treated, their theoretical and pedagogical trends expressed in the reference and its methodological aspects. Given this premise, this theoretical work has as main objective to identify the factors that contribute to truancy in the EJA and check the problems that prevent a good quality in the education of youth and adults who dream of acquiring knowledge, is perfect for the market job. Thus, this work came from the need to make a reflection about the Education for Youth and Adults in Brazil, its policies and barriers, as well as on the need for transformation of educational practice this type of education through a qualitative research bibliographical and through it, it is possible to understand the relationships that the object of study has to truancy. The choice of approach is due to the fact provide a reflection on the need for preparation of the educator of youth and adults, according to the fact that it takes place socially, providing the student with the means to understand the world of knowledge construction and contribute to this type of education has opportunities more equal and fairer in our society.

Keywords: Education, School, Opportunities, Reflection, EJA.

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil sempre foi marcada por situações conflituosas, em que apesar de ser um direito de todo brasileiro, boa parte da população se vê impedida de ter acesso e garantia deste direito constitucional; pessoas que desprovidas desta oportunidade, passam a viver marginalizados do processo produtivo da nossa sociedade em que se valoriza o ser não apenas pela sua força de trabalho, mas principalmente pelos conhecimentos obtidos por meio do processo de escolarização.

Assim, fica evidenciado que desde os primórdios, a Educação de Jovens e Adultos emerge de um movimento de lutas, desafios e conquistas da educação popular, educação esta voltada para a classe operária, a qual não teve oportunidades durante a infância de ter uma educação escolar. Esse dado se revela importante uma vez que permite a compreensão das condições limitadoras as quais estão submetidas os jovens e adultos do ensino noturno.

Mesmo tendo consciência de que é primordial a sua qualificação, os jovens e adultos deixam de frequentar a escola por terem que trabalhar, não tendo outra opção, renuncia o sonho e sua expectativa de uma formação escolar e profissional digna. No Brasil existem milhares de pessoas que não tem condições de ler o rótulo de um produto no supermercado, de identificar o destino no letreiro de um ônibus ou se quer assinar o próprio nome. Esta triste realidade mostra o quanto precisamos evoluir e buscar soluções eficazes para alfabetizar e formar estes jovens e adultos. É fundamental a elaboração de projetos que ofereçam direitos iguais a todos, não adianta criar programas se não oferecer condições necessárias e reais para o aluno permanecer na escola até a conclusão com qualidade nos seus estudos.

Diante de tais problemáticas encontradas na Educação de Jovens e Adultos, o interesse pelo tema em questão surgiu a partir das inquietações encontradas durante o Processo no curso de Pedagogia, por isto, ao longo desta pesquisa bibliográfica, objetivou-se conhecer e analisar os métodos e práticas educativas aplicadas na EJA e os por quês da evasão e do fracasso escolar nesta modalidade de ensino. Visto que o jovem ou adulto, trás consigo além de experiências, um domínio necessário para o convívio com a sociedade e consegui conviver e interagir com a mesma, paralelo com esta realidade entra o papel da

escola que deve proporcionar a esta modalidade de ensino, incentivos para uma educação de qualidade e relacionar a teoria à prática vivenciada pelo educando.

Desta forma, nota-se o quanto é importante trabalhar em círculo, valorizando o conhecimento de cada aluno objetivando, sobretudo, contribuir para uma prática educativa que proporcione ao aluno verdadeiras oportunidades de transformação pessoal, social e profissional. Visto que jovens e adultos alfabetizados conhecedores de sua realidade, podem contribuir significativamente para o processo de melhoria de sua qualidade de vida e do desenvolvimento do país.

O conhecimento de mundo, enquanto conhecimento prévio se configura como um elemento necessário na alfabetização de jovens e adultos, visto que, este compõe o conhecimento que contém informações cotidianas, por exemplo, de cada indivíduo, através da complementação de conhecimentos estruturados pela sociedade acerca de eventos típicos de determinada comunidade o indivíduo amplia a sua visão de mundo. Estas funções próprias da EJA nos possibilita estruturar estes conhecimentos com base nas informações que os alunos trazem de forma que este venha alcançar com proficiência a educação escolar. Assim, nota-se que, para conseguir estabelecer objetivos nesta educação e construir estratégias para a elaboração de um plano educacional é fundamental que os conhecimentos prévios sejam considerados durante o processo de alfabetização/escolarização.

É preciso conhecer as Políticas Educacionais da Educação de Jovens e Adultos e as causas da evasão escolar nesta modalidade de ensino, bem como as possíveis soluções e perspectivas de melhorias para que esta clientela permaneça na escola e alcance o sucesso escolar e conseqüentemente a sua progressão social e profissional.

As expectativas pedagógicas em relação a Educação de Jovens e Adultos na maioria das vezes estão pautadas na possibilidade tão somente de realizar o letramento do aluno, enquanto que o mais esperado pelos mesmos é passar por um processo de alfabetização/escolarização de qualidade para que possa obter cada vez mais êxito na vida pessoal e profissional, o que evidencia o caráter complexo desta modalidade de ensino, devido aos grandes entraves encontrados entre a busca por esta formação escolar e a vida do aluno da EJA, desta forma, buscou-se por meio deste estudo analisar o histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; a função da escola na modalidade de ensino da EJA; as principais causas da

evasão escolar; e reconhecer o trabalho do professor/alfabetizador da EJA como mediador de conhecimentos e de transformação pessoal, social e política de jovens e adultos.

São muitas as dificuldades encontradas tanto por professores quanto por alunos da EJA durante o processo ensino aprendizagem, visto que ambos têm que conciliar a rotina de trabalho do aluno, as tantas faltas, as dificuldade de aprendizagem com a vontade de aprender e vencer mais esta etapa da vida escolar. A fim de detectar os motivos de tais dificuldades foram levantadas as seguintes hipóteses: os professores não possuem uma formação adequada para desenvolver estratégias de ensino eficazes para a Educação de Jovens e Adultos; a atuação docente esbarra na complexidade das especificidades desta modalidade de ensino e a escola não se encontra preparada para oferecer uma educação de qualidade para os jovens e adultos; os educandos do ensino noturno ainda não encontram condições favoráveis para manter-se na escola até a conclusão de sua formação.

Discutir aspectos concernentes à Educação de Jovens e Adultos no atual panorama social e educacional brasileiro é de grande relevância, sendo que vivemos um período de uma crescente procura das escolas que oferecem esta modalidade de ensino para o cidadão sendo ele jovem ou adulto. A EJA (Educação de Jovens e Adultos) tem sido uma oportunidade para quem deseja concluir os estudos ou aos que sonham obter mais conhecimentos, e ter uma ascensão profissional. Neste contexto é comum encontrarmos pessoas com trajetórias diferentes e diversos comportamentos, alunos que necessitam de apoio da escola e da sociedade para resgatarem o tempo perdido.

A Educação de Jovens e Adultos exige tanto da escola quanto da sociedade um olhar cuidadoso para que esta modalidade de ensino possa superar todas as dificuldades e entraves típicos do ensino noturno como a dificuldade de aprendizagem e a evasão escolar.

Na EJA é muito comum encontrarmos jovens e adultos que possuem uma visão distorcida da escola, como se a mesma fosse um espaço de aprendizagem apenas para crianças, e com uma ideia de que o ser humano na fase adulta já não está mais apto a adquirir conhecimentos escolares e vivenciar novas experiências, o que dificulta ainda mais a diminuição da evasão escolar e do índice de analfabetismo no Brasil.

Atualmente a Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem mudando esta e outras visões que se perpetuou por muito tempo de que a função do ensino noturno era apenas ater-se a meta de alfabetizar o indivíduo, tornando-se um programa de formação cidadã de qualidade, dando ao jovem e ao adulto, mecanismos suficientes para que estes possam ter uma boa formação.

No entanto, diante das dificuldades encontradas na Educação de Jovens e Adultos, dificuldades estas que afetam todo o processo ensino aprendizagem e levam a evasão escolar, é preciso que haja um empenho geral, de toda a sociedade, visto que, cada vez mais precisamos de homens e mulheres que, ao lado do domínio dos saberes técnicos, estejam também munidos de saberes científicos adquiridos entre outros meios por mediação da escola.

A ausência da escolarização dos jovens e adultos geralmente é justificada pela falta de oportunidades iguais de estudo durante a fase escolar, assim, precisamos contextualizar a realidade destes sujeitos e contribuir para que estes jovens e adultos sejam cada vez mais inseridos no espaço escolar e obtenha êxito, alcançando uma boa formação, visto que atualmente disponibilizamos de políticas de ensino que priorizam a Educação de Jovens e Adultos, viabilizando a formação escolar para aqueles que por motivos diversos não tiveram a oportunidade de concluir a formação seus estudos.

Assim, o presente Artigo surgiu da necessidade de fazer uma reflexão acerca da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, suas políticas e entraves, bem como sobre a necessidade de transformação da prática educativa nesta modalidade de ensino por meio de uma abordagem qualitativa de pesquisa de cunho bibliográfico e através dela, foi possível compreender as relações que o objeto de estudo apresenta com a evasão escolar. A escolha da abordagem qualitativa deve-se ao fato dela proporcionar a reflexão a respeito da necessidade da preparação do educador de jovens e adultos, de acordo com a realidade que ele se efetua socialmente, oferecendo ao aluno condições de entender o mundo da construção do conhecimento e contribuir para que esta modalidade de ensino tenha oportunidades mais igualitárias e mais justas na nossa sociedade.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Para uma reflexão mais aprofundada da Educação de Jovens e Adultos se faz necessário reportarmos ao Brasil colônia, quando os religiosos exerciam uma ação educativa missionária com adultos negros e índios. Como peculiaridade daquele período, podemos ressaltar a fragilidade da educação e o seu cunho extremamente religioso.

Pois como ressalta Soek (2009, p. 7), ao conhecer a trajetória histórica das lutas pela alfabetização de uma nação, é possível estabelecer paralelos com a própria história do país. Portanto, é preciso pontuar na história do Brasil a Educação de Jovens e Adultos para maior compreensão do problema do analfabetismo vivenciado na atualidade, situação que durante quatro séculos vem se observando e se perpetuando. Desde o período colonial ocorreram as primeiras iniciativas de educação de adultos no Brasil, as quais tiveram início com a presença dos jesuítas, mas não houve prioridade para a educação dos indígenas e negros adultos. Este cenário se vinculou por muito tempo, causando um grande atraso tanto para os adultos não alfabetizados quanto para o desenvolvimento da sociedade.

Paiva (1987 *apud* SOEK, 2009, p. 7), diz que, as primeiras escolas apareceram bem mais tarde, ainda com influência dos jesuítas, que se encarregaram de organizar escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos. Ao analisar os registros históricos percebe-se que durante quase quatro séculos, no Brasil, prevaleceu o domínio da cultura branca, cristã, masculina e alfabetizada sobre a cultura dos índios, negros, mulheres e não alfabetizados, que gerou o desenrolar de uma educação seletiva, discriminatória e excludente, que mantém singularidades até os dias atuais.

Após a fase jesuítica a Educação de Jovens e Adultos foi considerada sem importância. Por volta do ano de 1870, quando o processo começou a chegar ao império, é que começam a surgir em diversas províncias escolas destinadas ao atendimento de adultos, no entanto só tinha o direito de estudar os adultos do sexo masculino.

De acordo com Soek (2009, p.8), só após a promulgação da Constituição de 1934 foi previsto o ensino obrigatório tanto para crianças quanto para adultos. É nesta constituição que aparece pela primeira vez a necessidade de oferecer educação básica também para jovens e adultos que não haviam frequentado a

escola durante a infância, rompendo com a ideia predominante, até então, de que a escola era destinada e necessária apenas para crianças.

Assim, com esta reformulação na Constituição, a partir do ano de 1945, com o fim da Ditadura do Governo Getúlio Vargas, o país vivia a efervescência política da redemocratização. Era urgente a necessidade de argumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central, integrar as massas populacionais de imigração recente e, sobretudo, incrementar a produção. Para isto, era necessário oferecer instrução mínima à população adulta (SOEK, 2009).

Durante o governo Vargas, é criada uma campanha nacional de jovens e adultos analfabetos que só vai ser de fato considerada no governo Dutra. Esta campanha surgiu após a portaria nº 57 do Ministério da Educação de 30/01/1947, que criava, no Departamento Nacional de Educação, o serviço de educação de adulto. Assim, o Ministério da Educação, em 1947 promoveu a campanha de jovens e adultos, com ação predominantemente rural. O governo Dutra empenha-se para democratizar o ensino alimentando-o por motivações políticas populistas, resultando numa grande mobilização no campo da Educação de Jovens e Adultos (PAIVA, 1987, p. 14).

Esta campanha de educação de adultos concebida por Lourenço Filho tinha por objetivo recuperar a grande maioria de pessoas que viviam praticamente à margem da vida social. Era preciso educar o adulto, antes de tudo, para que este ser marginalizado desaparecesse e o país pudesse ser mais homogêneo, mais coeso e mais solidário, e para que cada homem ou mulher melhor pudesse ajustar-se à vida social e às preocupações do bem estar e do progresso social.

Segundo Freire (*apud* GADOTTI, 1979, p.72), na década de 40 a educação de adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Já na década de 50, a educação de adultos era entendida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário. Com isso, surgem no final dos anos 50, duas tendências significativas na Educação de Adultos entendida como uma educação libertadora conscientizadora pontifica por Paulo Freire e a educação entendida como educação funcional profissional.

Mais adiante, na década de 70 essas duas correntes continuaram a ser entendidas como educação não informal e como suplência da mesma. Com isso, desenvolve-se no Brasil a tão conhecida corrente: o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), propondo princípios opostos aos de Paulo Freire. A Lei da

Reforma nº 5.692/71 atribui um parágrafo para o ensino supletivo e recomenda aos estados atender jovens e adultos.

De acordo com Paiva (*apud* GADOTTI, 1995, p. 31) a Educação de Adultos, em âmbito histórico, pode ser dividida em três períodos:

1º De 1946 a 1958, quando foram realizadas campanhas nacionais de iniciativas oficiais para erradicar-se o analfabetismo;

2º De 1958 a 1964. Em 1958 foi realizado o Congresso Nacional de Educação de Adultos, tendo a participação marcante de Paulo Freire. Esse congresso abriu as portas do problema de alfabetização que desencadeou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo golpe de Estado de 1964.

3º O MOBRAL, que foi concebido como um sistema que visava basicamente o controle da população, (sobretudo a rural). Com a redemocratização em (1985), o MOBRAL foi extinto para dar lugar a fundação Educar. Assim, a Educação de Adultos (MOBRAL), foi exterminada pela “Nova Republica”.

No entanto, constata-se poucos avanços durante o período de vigência do MOBRAL, visto que, dos quarenta milhões de jovens e adultos que durante 15 anos frequentaram este Movimento, a fim de aprender a ler e escrever, além de algum ofício, apenas 10% foram alfabetizadas. A partir das reflexões de Paiva (1987), Amaral (2002, p.44-45) afirma que,

ainda que recebendo pareceres negativos dos consultores da UNESCO, os quais criticavam as campanhas de massa como uma estratégia ineficiente de reduzir os altos índices de analfabetismo, o MOBRAL buscou provocar entusiasmo popular portando concepções e finalidades como a "erradicação da chaga social que era a existência de analfabetos" ou da consideração do analfabetismo como causa do desemprego, conteúdos presentes nos Livros - cadernos de Integração - material didático próprio e massificado para todas as regiões do país.

A história do Brasil está repleta de iniciativa para combater o analfabetismo, desde a ditadura militar entre as décadas de 1960 e 1970, com o MOBRAL até o presente momento, já foram criados inúmeros programas até chegar na EJA, todos, os programas contribuíram com a redução do analfabetismo, mas em

todos eles a evasão era o grande desafio. Se a ideia é combater o analfabetismo porque não trabalhar os motivos que causa a evasão?

Chegamos à segunda década do século XXI com a vergonhosa marca de 14,1 milhões de analfabetos. Isto significa que milhões destas pessoas já frequentaram algum dos programas do governo, mas não por falta de uma conexão social e a necessidade do aluno jovem e adulto. Charlot relata que “jovens e adultos que vivenciam cotidianamente desigualdades sociais perante o mundo e no caso perante a escola não significa um determinismo social”. (CHARLOT, 2000, p.24). Se o homem vive sujeito às leis como provar que a sociedade não tem culpa na desigualdade social ao que diz respeito os programas de educação?

Segundo Gomes (2011, p. 4), o PNE (Plano Nacional de Educação), aprovado em 2001, determinava o estabelecimento de programas visando alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos, e, erradicar o analfabetismo até o fim da década como primeira meta da modalidade de educação de jovens e adultos. Em 2003, o Ministério da Educação, sob a gestão do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo e o Programa Brasil Alfabetizado, incorporado, posteriormente, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) numa reforma administrativa. Dizia-se que era um passo importante para a consecução de uma das metas do governo na área de educação.

Em dezembro de 2010, lá estava mais uma vez a meta de erradicação do analfabetismo, inserida na proposta do novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) enviada ao Congresso Nacional. Como se depreende do histórico recente, o analfabetismo resiste às determinações legais e permanece como desafio por sucessivas gestões políticas.

De acordo Gomes (2011, p. 5), após o Programa Alfabetização Solidária contabilizar dois milhões de beneficiários em 2001 e 2002, e o Programa Brasil Alfabetizado atendeu mais de 14 milhões de pessoas de 2003 a 2010, o País ainda abriga quatorze milhões de analfabetos. Entre 2000 e 2009, a taxa de analfabetismo da população de idade igual ou superior a quinze anos caiu quatro pontos percentuais, representando uma redução de 2,3 milhões de pessoas em termos absolutos.

Segundo Soek (2009, p. 11), a Educação de Jovens e Adultos desenvolveu-se com base em atividades de alfabetização, que forneciam, além dos

códigos linguísticos, os valores culturais que permitiam a participação social, pois essa alfabetização era orientada para integrar os adultos iletrados no meio em que viviam, ensinando-lhes, fundamentalmente, a leitura, a escrita e o cálculo matemático.

Desta forma, a avaliação da Campanha de Educação de Adultos mostrou-se vitoriosa na sua primeira década de existência, pois além da ampliação das classes e escolas, possibilitou a elevação da taxa de alfabetização. No entanto, a execução da campanha foi sendo cada vez mais descentralizada e, com a mudança de governo, foram se extinguindo as verbas, ficando as ações da campanha cada vez mais dependentes de doações e dos trabalhos voluntários da base popular.

Vale ressaltar que estes problemas relacionados a Campanha levou a críticas à esta modalidade de ensino dirigidas tanto às deficiências administrativas e financeiras quanto à sua orientação pedagógica, tornando-se aos poucos uma campanha desestruturada e fracassada. Assim, denunciavam-se o caráter superficial do processo ensino aprendizagem, que se efetivava no curto período da alfabetização, a inadequação do método para a população adulta e o uso do mesmo material didático para as diferentes regiões do país.

O cenário atual não teve grandes mudanças, visto que já houve a adequação do material didático, no entanto ainda continua com professores despreparados e com o tempo de aula reduzido. O que dificulta ainda mais a superação das tantas dificuldades encontradas pelos alunos que estão afastados da escola por toda uma vida ou por muito tempo.

Em 2008, o Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (Confitea), produto de um encontro nacional que reuniu vários grupos envolvidos com a Educação de Jovens e Adultos, relatava:

Os dados sugerem que os programas de alfabetização com 6 a 8 meses, como propostos pelo PAS e depois pelo Brasil Alfabetizado, têm eficácia limitada na garantia da aprendizagem, como denunciam há muito tempo educadores ligados à EJA e corroboram os dados estatísticos e os resultados de avaliação de programas. De acordo com PNADs de 1992 a 2002, em torno de 60% das pessoas que ao longo da vida só frequentaram cursos de alfabetização declaram-se analfabetas (HENRIQUES, 2006). As avaliações do PAS e do PBA, por sua vez, vêm mostrando que há dificuldades na focalização do público alvo, pois as salas de alfabetização atraem pessoas com

baixa escolaridade, mas que têm já um domínio, ainda que rudimentar, da leitura e da escrita. A avaliação cognitiva realizada pelo PBA numa amostra de alfabetizando testados na entrada e na saída do programa mostrou que em torno de 40% já estavam alfabetizados na entrada e tiveram progressos nulos ao longo o curso. Os que poderiam ser considerados analfabetos absolutos, por sua vez, realizaram progressos bem modestos, não chegando ao nível de leitura de pequenos textos – um bilhete simples, por exemplo, que corresponde à definição usual de alfabetização no país. Além da precariedade em que normalmente esses cursos funcionam, com monitores leigos e sem materiais didáticos apropriados, a falta de vinculação das aprendizagens com oportunidades de uso da leitura e escrita ou continuidade dos estudos leva à redução do aproveitamento (MEC-UNESCO, 2008).

Conforme Gomes (2011, p. 8), em 2009, um estudo realizado pelo IPEA acerca da evolução do analfabetismo no Brasil concluiu que a redução lenta deve-se, em grande medida, à “incipiente inserção nos programas de alfabetização de jovens e adultos, assim como à sua baixa efetividade” (IPEA, 2010).

A falta de recursos financeiros, aliada à escassa produção de estudos e pesquisas sobre essa modalidade, tem contribuído para que essa educação se torne uma mera reprodução de ensino de jovens e adultos. Isso retrata o descaso da sociedade civil e o estado no que diz respeito ao sistema educacional brasileiro. Atualmente, o governo encontra-se no total descaso teoricamente e praticamente para enfrentar o problema de oferecer uma educação de qualidade para todos, com um plano que atenda as necessidades básicas de aprendizagem, documentos da Conferencia Mundial sobre Educação para Todos, e da nova LDB nº 9.394/96, o governo brasileiro não vem cumprindo seus compromissos em relação a esses problemas.

Devem ser repensados os projetos pedagógicos, matrizes curriculares e a própria arquitetura do espaço escolar para que venham atender as necessidades e interesses dos alunos da EJA. Só assim será possível cumprir o papel social da educação para os jovens e adultos. Existe a necessidade de reaprender a ensinar para o aluno se sentir valorizado e não se evadir do espaço escolar, é preciso oferecer aos jovens e adultos, opções de ultrapassarem as barreiras que atrelam a sua vida de estudante que tem de trabalhar cuidar da família entre outras ocupações diárias.

A fim de minimizar os problemas da EJA, Brasil (2010), ressalta que, finalmente, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser contemplada com a

criação do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA). O programa foi criado pela Resolução nº. 18, de 24 de abril de 2007 para atender aos alfabetizandos do Programa Brasil Alfabetizado – PBA. A finalidade do programa era a distribuição, a título de doação, de obras didáticas às entidades parceiras, com vistas à alfabetização e à escolarização de pessoas com idade de 15 anos ou mais.

Entidades parceiras são aquelas que estabelecem parceria com o Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), na execução das ações do Programa Brasil Alfabetizado. A edição do Programa Nacional do Livro de Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) de 2009 e 2010 ampliou o universo de estudantes atendidos pelo programa, passando a incorporar, além dos alfabetizandos inscritos no Programa Brasil Alfabetizado (PBA), os estudantes de turmas regulares de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos das redes públicas de ensino (BRASIL, 2010).

Segundo Brasil (2010), a ampliação do universo de estudantes atendidos no PNLA fez parte do movimento que visava assegurar a jovens, adultos e idosos o pleno direito à educação por meio do acesso a materiais de qualidade. Em 2010, o PNLA foi incorporado a um novo programa, mais amplo: o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). Criado pela Resolução nº 51, de 16 de setembro de 2009, o PNLD EJA distribuirá as obras didáticas para todas as escolas públicas e entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado com turmas do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental de jovens e adultos. O PNLA, que atende os estudantes apenas com livros de alfabetização, continuou funcionando até o final de 2010.

Assim, buscando possibilitar a continuidade de estudos para os estudantes egressos dos programas de alfabetização, ou estudantes que pretendem retornar à escola para concluir seus estudos, e, sobretudo, numa perspectiva de que a Educação de Jovens e Adultos seja entendida como educação ao longo da vida, o Ministério da Educação promoveu a avaliação e seleção de obras e coleções didáticas destinadas aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental na Modalidade EJA através do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). Melhorando desta forma o processo ensino aprendizagem nesta modalidade de ensino (BRASIL, 2010).

Como ressalta Gomes (2011), enquanto a taxa de analfabetismo representa o percentual de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever um bilhete simples, o IBGE também levanta a taxa de analfabetismo funcional, que se relaciona com a efetiva capacidade de inserção do indivíduo em sua comunidade a partir da conclusão de uma escolaridade mínima. Em 2009, a taxa de analfabetismo funcional era de 20,1%. A evolução desse indicador é influenciada tanto pelo nível de eficiência do sistema de ensino regular quanto pelo acesso de jovens e adultos à escolarização.

Segundo Pierro (2013), como em diversas áreas descritas nesta edição especial, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou por muitas mudanças, com importantes conquistas na legislação nos últimos 25 anos. Porém é difícil fugir da conclusão de que essa modalidade de ensino está relegada ao segundo plano na agenda dos governantes e da própria sociedade. Basta ver as alarmantes estatísticas sobre analfabetismo: 14,1 milhões de brasileiros com mais de 15 anos (9,7% da população) que não sabem ler nem escrever e mais de 38 milhões de analfabetos funcionais, incapazes de entender um texto mais complexo que um bilhete simples.

Os especialistas são unânimes em afirmar que a única forma de melhorar os indicadores é respeitar as especificidades desse público - gente que não terminou, ou nem sequer iniciou, o ensino regular.

Entre os problemas apontados, estão o currículo (muitas vezes uma adaptação dos conteúdos do Ensino Fundamental), a formação inadequada dos professores, a prática de convocar voluntários (muitos sem preparo) para alfabetizar jovens e adultos e a polêmica em torno da idade mínima para matricular-se na EJA (hoje é 15 anos, há quem lute para aumentar para 18 anos, numa tentativa de forçar os mais jovens a permanecer nas redes regulares de ensino), apesar da necessidade cada vez mais constante de iniciar a carreira profissional cada vez mais cedo.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SEGUNDO A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Ainda na década de 90, é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, na qual a EJA passa a ser considerada uma

modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio com especificidade própria.

Como aborda Soek (2009, p. 21), a EJA como modalidade da educação básica, com especificidades próprias definidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, não pode ser pensada como oferta menor, nem pior, nem menos importante, mas sim como uma modalidade educativa, um modo próprio de conceber a educação básica para jovens e adultos, modo esse determinado pelas especificidades dos sujeitos envolvidos, por isso, deve receber um tratamento consequente. Para tanto, além das adequações curriculares que orientam o que ensinar, deve-se também, levar em conta a metodologia a ser adotada.

Atualmente, com a vigência da lei nº 9394/96, a Educação de Jovens e Adultos passou a ganhar um novo olhar sobre suas definições. A seção V desta lei decreta as definições, princípios e objetivos em dois artigos:

Art. 37 – A Educação de Jovens e Adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio e na cidade própria.

1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

2º - O poder público viabilizará e estimulará o acesso e permanência dos trabalhadores na escola, mediante seções integradas e complementares entre si.

Art. 38 – Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

1º - Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do Ensino Fundamental, para os maiores de 15 anos;

II – no nível de conclusão do Ensino Médio, para os maiores de 18 anos.

2º Os conhecimentos e habilidades adquiridas pelos educadores por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante “exames”.

Apesar do aumento substancial da oferta de vagas no Ensino Fundamental e Médio para jovens e adultos, nos últimos trinta anos, ainda restam grandes contingentes de jovens e adultos não alfabetizados fora da escola. Este é

um problema alarmante, tendo em vista que o país avança e a globalização exige cada vez mais do trabalhador. Essas prioridades políticas e econômicas não podem desperdiçar recursos humanos, uma vez que elas só são conquistadas nas sociedades desenvolvidas em que a taxa de analfabetismo é quase ou totalmente inexistente.

A Educação de Jovens e Adultos no novo cenário que se iniciou em 2000, com o processo de amadurecimento das discussões e experiências de educação de jovens e adultos construídas na década de 90, e em consequência das determinações legais precedentes, foram promulgadas em 10/05/2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, elaborada pelo Conselho Nacional de Educação.

O documento supera a visão preconceituosa que se perpetuava até então do analfabeto ou iletrado como inculto ou "vacionado" apenas para tarefas e funções "desqualificadas" nos segmentos de mercado, reconhecendo a sua pluralidade e diversidade cultural e regional, presente nos mais diferentes estratos sociais, portadores de uma rica cultura baseada na oralidade (BRASIL, 2000).

O documento explicita as especificidades de tempo e espaço dos jovens e adultos; o tratamento presencial dos conteúdos curriculares; a importância em se distinguir as duas faixas etárias (jovens e adultos) consignadas nesta modalidade de educação; a formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos dos cursos noturnos regulares e os de EJA (BRASIL, 2000).

As Diretrizes ressaltam a EJA como direito, deslocando a ideia de compensação e substituindo-a pelas de reparação e equidade. Para a realização de exames, normatizam sua oferta para maiores de 15 anos para o Ensino Fundamental e maiores de 18 anos para o Ensino Médio (BRASIL, 2000).

Identificar conhecimentos socialmente relevantes e em que medida contribuem para o desenvolvimento intelectual e criativo do aluno, ou seja, que conteúdos permitem a construção e a coordenação do raciocínio, a competência cognitiva e a capacidade de análise crítica que constituem esquemas lógicos de referência para interpretar fatos e fenômenos da sociedade, é o maior desafio da ação alfabetizadora.

Segundo Soek (2009, p. 43), as Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA destacam que ela, enquanto modalidade de educação básica deve considerar o

perfil dos alfabetizandos ao propor um modelo pedagógico, de modo a assegurar a equidade no que se refere à distribuição específica dos componentes curriculares.

Desta forma, a escola deve estar constantemente sendo discutida e reformulada, de modo que atenda as necessidades de todos os educando, pois como aborda Moreira (2008),

na escola, o currículo – espaço em que se concretiza o processo educativo – pode ser visto como o instrumento central para a promoção da qualidade na educação. É por meio do currículo que as ações pedagógicas se desdobram nas escolas e nas salas de aula. É por meio do currículo que se busca alcançar as metas discutidas e definidas, coletivamente, para o trabalho pedagógico. O currículo corresponde, então, ao verdadeiro coração da escola. Daí a necessidade de permanentes discussões sobre o currículo, que nos permitam avançar na compreensão do processo curricular e das relações entre o conhecimento escolar, a sociedade, a cultura, a autoformação individual e o momento histórico em que estamos situados (MOREIRA, 2008, p.5).

Segundo Correia *et al* (2013), os aspectos pedagógicos do currículo para Educação de Jovens e Adultos devem basear-se no contexto da experiência freiriana com educação popular - na utilização de metodologia que propicie ressocialização dos sujeitos no processo educativo, no exercício da cidadania e na preparação para o mundo do trabalho.

Para Freire a pedagogia libertadora valoriza o interesse e a iniciativa dos estudantes, dando prioridade aos temas e problemas mais próximos de suas vivências sobre os conhecimentos sistematizados, colocam no centro do trabalho educativo temas, problemas políticos e sociais, entendendo que o papel da educação é, fundamentalmente, abrir caminho para a libertação.

Para Gomes (2011), as metas nacionais (no caso do PNE) e internacionais, que visam garantir a alfabetização e a educação de adultos, têm ainda como objetivo a elevação da escolaridade da população. Uma escolaridade mínima possibilita que o indivíduo desenvolva habilidades de leitura e escrita indispensáveis a sua vida de cidadão, permitindo ainda fazer frente às demandas de seu contexto social e à aprendizagem ao longo da vida. Em 2009, a população brasileira apresentava uma média de 7,5 anos de estudo. Se tomarmos como referência o ano de 1996, citado no PNE, houve um acréscimo de 1,8 anos de estudo em 14 anos. Entre 2001 e 2009, o aumento foi de 1,2 anos de estudo.

Contudo, há diferenças expressivas quando são utilizadas algumas categorias para analisar essa evolução. Essas categorias oferecem um retrato da desigualdade no que tange à escolaridade média da população brasileira. A elevação do número médio de anos de estudo da população brasileira na próxima década será influenciada pelos avanços na educação de jovens e adultos: mais matrículas, menos evasão e melhores aprendizagens. Por sua vez, esses resultados estão vinculados a mais qualidade e institucionalização para a modalidade de EJA. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Desse total, 90% estão na região Nordeste.

Segundo dados do Ministério da Educação (2013), o MEC promoveu um realinhamento das ações federais no campo da alfabetização e de educação de jovens e adultos, visando assegurar maior eficiência, relevância e efetividade, bem como maior integração com os sistemas estaduais e municipais de ensino. Esta estratégia visava, de um lado, ganhos de eficiência ao promover uma coordenação entre os repasses de recursos para alfabetização e a assistência financeira aos sistemas de ensino para ampliação da oferta de EJA e de educação profissional. Por outro lado, buscava criar incentivos financeiros para que os sistemas de ensino garantissem aos alfabetizandos oportunidades para a continuidade dos estudos.

Dentro desta nova concepção, a alfabetização passou a ser vista como uma porta de entrada para o processo de escolarização e educação continuada e não como linha de chegada. Como os sistemas estaduais e municipais de ensino são os principais responsáveis pela oferta de programas de EJA, o MEC decidiu ampliar a participação dos Estados e Municípios na distribuição dos recursos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), atribuindo um papel complementar aos demais parceiros: instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil.

De acordo com o Ministério da Educação (2013), a transferência automática de recursos financeiros para os Estados e Municípios foi fundamental para assegurar a execução descentralizada das ações.

O PBA (Programa Brasil Alfabetizado) atendeu 12.075.428 alfabetizandos durante o período de 2003 a julho 2010, alcançando cerca de 4.000 municípios. Com objetivo de fortalecer as ações de EJA nos Estados e garantir a intersetorialidade das ações, foram implementadas Agendas Estaduais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. A

Agenda Territorial é o instrumento que consolida as estratégias para articulação territorial das ações de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, valendo-se de análise diagnóstica e da definição de objetivos e metas que subsidiem a implementação e gestão.

Cabe registrar que, especialmente durante o período 2006 a 2010, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos passou a ser contemplada em todos os mecanismos de financiamento vigentes para a educação básica. A EJA ganhou força, também, com a definição da Política de Formação da Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos e com a instituição do ENCCEJA – Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A evasão é uma somatória de vários fatores que precisam ser trabalhados para detectar o problema e buscar as possíveis soluções no intuito de favorecer o retorno do aluno à escola. Os alunos que estão neste contexto não podem ser deixados de lado. A escola deve junto com a comunidade buscar meios de manter o aluno na escola com condições de alcançar o sucesso escolar. A família também tem um papel preponderante para que o aluno não deixe a sala de aula.

Se todos nós temos capacidade de aprender não faz sentido abandonar os estudos. Freire já argumentava que “mulheres e homens somos os únicos seres que social e historicamente é capaz de aprender”. (FREIRE 1996, p. 77). Não importa a idade, o que conta é o sonho de aprender a motivação que inquieta o aluno para que ele não se deixe frustrar e evadir-se da escola.

Há um número significativo de jovens e adultos que sonham com uma oportunidade para estudar e, no entanto abandonam os estudos, alegando dificuldade para se manter na escola, trabalho, problemas familiares entre outros motivos. Porém a sociedade como um todo tem se mostrado omissa nesta batalha, quando oferece programas de cursos para os jovens e adultos e não dá oportunidades para que este grupo de pessoas que necessita de motivação para iniciar ou dar continuação dos estudos permaneçam na escola.

Neste contexto a evasão não é intencionada pelo aluno, ele é a vítima que necessita de atenção de todos envolvidos no processo educacional, principalmente da escola, temos a obrigação de questionar o papel da escola

enquanto agente formador do sujeito que objetiva ingresso no mundo de trabalho de modo competente o suficiente para ser requisitado e valorizado, por esta razão que tem de serem trabalhados com seriedade os fatos e a comunidade em que o aluno está inserido e assim repensar as causas da evasão. Culpar os alunos não é solução para o fato, deve-se na realidade buscar as possíveis soluções.

Não basta culpar o aluno pelo abandono dos estudos, o grande desafio é repensar as práticas cotidianas para estagnar a evasão e alcançar a progressão escolar e conseqüentemente social e profissional destes alunos. Freire: já mencionava em seus escritos que “uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunidade” (FREIRE 1996, p.140).

Para que o aluno da EJA não desista de seus estudos, o sistema educacional da EJA deve oferecer um ensino de qualidade, não exigindo que o aluno adapte-se a sua forma de transmissão de conhecimentos, considerados por seus precursores como adequados a esta clientela, e sim uma escola que busque atender a todos os indivíduos a partir de suas necessidades, ou seja, um sistema em que as disciplinas tornem-se um meio para explicar o mundo e preparar para a vida. Pois, como afirma Brandão (2002, p. 206), “a educação não serve para preparar pessoas e grupos humanos, ao contrário, a educação deve ser dedicada a acompanhar o indivíduo ao longo de toda vida”.

Desta forma, o professor/mediador deve realizar um trabalho contextualizado para que o aluno se sinta motivado e valorizado no espaço escolar para que haja a permanência do mesmo até o final da sua escolaridade ou por quanto tempo houver a necessidade da busca de conhecimentos.

Assim, para que possa reduzir a evasão nesta modalidade de ensino, deve-se repensar as práticas de ensino, contextualizando ao máximo os conteúdos para que o aluno possa se sentir valorizado e parte integrante do processo ensino aprendizagem e para que a escola possa de fato atender as reais necessidades de aprendizagem dos alunos, contribuindo desta forma para que estes não venham evadir da escola.

Sabemos que a procura dos jovens e adultos pela escola não é assim tão simples. Muitos alunos após evadirem só retornam a escola por decisões que envolvem a família, patrões, e condições sociais como na busca por emprego. Os problemas que afetam a EJA são muito sérios e tem afetado estados e municípios

brasileiros. E neste sentido Arroyo afirma que, “a reconfiguração da EJA não pode começar por perguntar-nos pelo seu lugar no sistema de educação e menos pelo seu lugar na modalidade de ensino [...]. O ponto de partida deverá ser perguntar-nos quem são estes jovens e adultos” (ARROYO, 2006, p. 22).

A escola tem que conhecer a realidade dos seus alunos para trabalhar de forma significativa e não com um conteúdo atrás do outro por meio de uma educação bancária e monótona que na maioria das vezes leva a evasão escolar. Na medida em que um professor planejar suas aulas a partir do desejo e realidades dos estudantes permitirá ao educando se interessar mais e obter o sucesso escolar, não evadindo da escola.

Na grande maioria os alunos da EJA são trabalhadores que muito cedo começaram a experiência com o trabalho sendo eles trabalhadores rurais, garis, domésticos, porteiros, jardineiros, lavadeiras, biscateiros, babás, manicures e donas de casa entre outros profissionais que não tiveram na sua infância uma oportunidade para estudar ou continuar os estudos. São jovens e adultos que sonham com um futuro próspero, que almeja uma resposta da sociedade para sua situação no que se refere à escolaridade. São cidadãos que tem de levantar muito cedo para se preparar e enfrentar uma longa jornada de trabalho durante todo o dia. Quando chega a noite o seu rendimento escolar muitas vezes já está comprometido fazendo com que saia mais cedo, falte às aulas ou até mesmo evadir-se da escola. Outros alunos só veem sentido em ir a escola para conseguir um diploma.

Os alunos que frequentam os espaços da EJA foram historicamente discriminados e, ainda hoje, persiste certo preconceito em relação a eles. Há quem pense que o aluno da EJA é aquele indivíduo que não se adaptou na escola regular. O que não é verdade, ele é alguém que deseja transformar a sua realidade.

Segundo Brunel (2004), “o jovem desta modalidade em geral acha que já perdeu tudo e não quer perder mais”. Muitos jovens sentem a necessidade de recuperar o tempo perdido, mesmo que este tempo seja apenas dois ou três anos. Eles trazem consigo o desejo de realizar um concurso, prestar vestibular, e competir em igualdade de condições com outros jovens no mercado de trabalho.

A revista Nova Escola (setembro, 2013), traz a seguinte reflexão sobre a evasão na Educação de Jovens e Adultos:

Alto índice de evasão, estrutura física inadequada, dificuldade de acesso aos locais de estudo e programas ineficazes. Resumindo, essa é a realidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. A combinação desses fatores por anos seguidos acabou conduzindo o país a uma situação alarmante: 57,7 milhões de cidadãos com mais de 18 anos sem Ensino Fundamental completo e cerca de 14 milhões de analfabetos. Ao mesmo tempo, de 2006 para cá, vem caindo o número de matrículas na EJA. Ora, se a ideia é erradicar o analfabetismo, como todo candidato gosta de afirmar em época de eleição, as matrículas nessa modalidade de ensino não tinham de estar aumentando, em vez de diminuindo? A conta não fecha. E deixa no ar outra pergunta: será que estamos desistindo dos nossos analfabetos? (NOVA ESCOLA, 2013).

Segundo Gomes (2011), o processo de alfabetização de jovens e adultos, muitos com um histórico de insucesso na escola – é muito particular. A modalidade exige a habilidade do professor para combater a evasão dos alunos e as ausências às classes, corriqueiras nesses cursos. Na sala de aula, um bom trabalho pedagógico exige diversidade de metodologias e práticas de ensino, de modo a valorizar as especificidades e saberes dos sujeitos, de várias faixas etárias e diferentes trajetórias escolares.

Como ressalta a Pierro (2013), de um lado, a EJA passou a receber mais recursos graças ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), ainda que os valores pagos sejam os menores do sistema. De outro, há uma variedade de programas surgidos nos últimos anos, como Brasil Alfabetizado, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que concorrem com a EJA e revelam as dificuldades de apontar um caminho eficaz para o setor.

O resultado dessa falta de consenso são altos índices de evasão: 42,7% dos 8 milhões de brasileiros que frequentaram classes de EJA até 2006 não concluíram nenhum segmento do curso, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007. E, tão preocupante quanto, a redução no total de matrículas nesse segmento: de 3,5 milhões de estudantes, em 2006, para 2,8 milhões, no ano de 2-12, apenas no Ensino Fundamental. Mudar essa realidade é essencial para garantir que o Brasil ocupe um lugar de mais destaque no cenário internacional.

A FUNÇÃO DA ESCOLA DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos diz respeito a um conjunto de ações que contempla a educação de quem não concluiu seus estudos na escola regular durante a infância e adolescência e assim, contribuir para acabar com o analfabetismo destes jovens e adultos diminuindo os índices alarmantes de analfabetismo no Brasil, visto que estes alunos enfrentam sérios problemas e dificuldades no convívio social, o que os impedem de conquistar a progressão social e profissional devido a falta de habilidades e competências na leitura e na escrita.

Essa triste realidade mostra o quanto precisamos evoluir e buscar soluções eficazes para alfabetizar e formar estes jovens e adultos, elaborar programas capazes de provocar mudanças reais na vida e na dignidade dos cidadãos não alfabetizados. Promover aos analfabetos um estudo de qualidade para que eles não sejam excluídos da seleção nas empresas por alegada falta de estudo e qualificação profissional.

O papel da Educação de Jovens e Adultos não é só de preparar os jovens e adultos para o mercado de trabalho, portanto vai-se a escola, que é o local de encontro para evocar aprendizagens de conhecimentos conceituais, para desenvolver habilidades intelectuais, que permitam viver melhor e de forma mais digna. Sendo assim, os alunos da EJA trazem consigo uma visão de mundo influenciado por seus traços culturais de origem, ou por sua vivência social, familiar e profissional.

Ninguém se faz no isolamento. Freire já relatava isto quando dizia: “gosto de ser gente porque, como tal percebo afinal que a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais que não se compreende fora da tensão entre o que herda geneticamente e o que herda social, cultural e historicamente, tem muito a ver comigo mesmo” (FREIRE 1996, p.59).

Ninguém cresce no isolamento são cada um dos nossos atos dentro da coletividade que vai nos definir, transformar pouco a pouco, na medida em que se agrega a genética com a herança cultural histórica do individuo ele terá condições melhor de uma aprendizagem significativa.

A EJA tem que ter esta sensibilidade de trabalhar com os jovens e adultos dentro da sua realidade para que a autoestima dos alunos seja elevada e eles não

encontrem razões para abandonar os estudos, sentindo-se cada vez mais confiantes e capazes de transformar a sua própria história de vida.

Os alunos que frequentam os espaços da EJA foram historicamente discriminados por sua condição social, ainda hoje persiste certo preconceito em relação a esses alunos. A leitura negativa da situação destes jovens e adultos pode se constituir em um entrave para um futuro sucesso escolar na EJA. Neste sentido é pertinente o argumento positivo de Brunel (2004) quando afirma que:

[...] Os jovens que frequentam a EJA construíram a sua trajetória escolar fora dos padrões definidos pela escola regular e que este número cresce a cada ano, é pertinente o questionamento acerca do que está ocorrendo com a instituição, já que ela não está conseguindo atender plenamente às necessidades de uma boa parcela de jovens que poderia frequentar este espaço (BRUMEL 2004, p. 37).

Se os jovens e adultos apresentam padrões definidos, à escola da EJA também tem que oferecer recursos a que venha suprir as necessidades deste público. A escola não pode ser chata, repetitiva e sem atrativo se deseja atrair os jovens e adultos. A grande maioria deste grupo é muito receptiva as situações de aprendizagem que manifesta entusiasmo e motivação. Para uma escola que possa atender os anseios de um grupo de estudantes é fundamental que ela estabeleça parcerias com entidades que possa ajudá-la a enfrentar a evasão dos jovens e adultos.

Para Jovens e Adultos a escola representa um espaço de sociabilidade, de transformação social e de construção do conhecimento, também é a conquista de um direito pessoal. Para toda pessoa que volta a estudar abre-se um leque de novas oportunidades que servirão para o crescimento pessoal. É no contato com o outro e na convivência de relações e experiências que esquecemos nosso modo de ver e agir no mundo.

Vale destacar que outras motivações levam estes alunos para a escola já que ela funciona assim como um espaço de conhecimento que proporcionará mudanças na sua vida. A escola deve abolir de imediato, a cultura do supérfluo, selecionando conteúdos mais significativos e atuais, não se pode contribuir para que o desinteresse se instale e esvazie o espaço de aprendizagem. A escola não pode

ser substituída por nada, ela é a fonte do conhecimento que todos precisam. Brandão afirma que “a educação é insubstituível dentre todas as práticas culturais da vida humana”. (BRANDÃO, 2002, p.187)

Nada substitui a educação escolar, só uma formação com qualidade e com responsabilidade poderá abrir novos horizontes na vida do jovem ou do adulto que ainda não conquistou o seu espaço sonhado na sociedade. Por esta razão a escola representa um lugar de onde se extrai a oportunidade para a formação humana com sucesso.

Deve-se privilegiar a qualidade do ensino que é oferecido, aos jovens e adultos da EJA com conteúdos que permitam aos alunos o exercício pela cidadania, o saber indispensável as suas ações que vão desde desempenhar uma profissão até participar de sua comunidade. É importante salientar que a escola tem um papel fundamental na vida do estudante, por esta razão é que os métodos de ensino aliado à metodologia do professor da EJA têm de ser específico para a turma e ao contexto sociocultural em que ele está inserido.

A educação dos jovens e adultos tem crescido muito nas últimas décadas, mas a qualidade de ensino não tem correspondido a necessidade de o aluno se inserir no mercado de trabalho. Não adianta criar projetos e não oferecer direitos iguais a todos que de certa forma precisam de uma transformação. Devemos sempre considerar que uma educação de qualidade garante um futuro promissor para o cidadão. A transformação social só se dará completamente quando o ensino não for diferenciado entre as classes sociais, quando todos os alunos tiverem direitos iguais na prática.

Muito se ouve falar que a evasão é fruto da escola não atrativa, de profissionais despreparados ou a falta de motivação do aluno entre outros motivos, mas poucos são as intervenções da sociedade para inibir estes fatores. Não faz sentido permitir que um professor vá dar aulas na EJA simplesmente para completar sua carga horária ou endossar o seu salário. Ele tem que ser comprometido com a causa ou ignorar os fatores que fazem o aluno evadir da escola. Outros que não evadem ficam retidos somando prejuízo imensurável tanto para o aluno como para o Estado que faz investimento nos programas educacionais.

Portanto, para que seja dizimada a evasão, faz-se necessário que tanto os professores/alfabetizadores, quanto a escola como um todo e o Estado, desenvolvam estratégias para que o aluno da EJA se sinta motivado e tenha uma

boa educação, porém, esta expectativa esbarra no cansaço físico e mental dos alunos que chegam a escola depois de uma longa jornada de trabalho.

De acordo com Saviani (1994, p. 41), para ensinar e aprender um conhecimento, é preciso concretizá-lo no cotidiano, questionando, respondendo, avaliando, num trabalho desenvolvido por atores/construtores de um mundo feito a partir de suas próprias experiências, sendo o convívio social um espaço onde o aluno colocará em prática toda a teoria adquirida na escola.

É hora da equipe escolar passar a selecionar o professor/alfabetizador da EJA e de dar condição para o aluno trabalhar e estudar com conteúdos significativos para sua vida. Os conteúdos da EJA tem que ser propício a realidade do jovem e do adulto respeitar o nível de desenvolvimento do aluno é essencial. Freire já dizia que “a educação é uma forma de intervenção no mundo”. (FREIRE 1996, p.110) De modo geral os professores devem trabalhar de forma a evidenciar os valores na vida do aluno e ao se tratar da EJA o trabalho deve ser mais cauteloso para o aluno poder reconstruir a sua história.

A escola jamais pode se distanciar da realidade do aluno, os conteúdos aplicados na sala de aula devem estar de acordo com a realidade da região em que os alunos estão inseridos, os conhecimentos transmitidos devem se confundir com a realidade do aluno, desta forma os alfabetizandos verão a escola de forma diferente, uma vez que eles verão na escola uma extensão de sua vida cotidiana.

O desenvolvimento da sociedade só se dará quando os governantes formarem parcerias no sentido de ajudar o aluno a se manter na escola sem se sobrecarregar a ponto da única saída seja se distanciar dos estudos. É preciso dar condições para o aluno da EJA se sentir valorizado e permaneça na escola até a conclusão de seus estudos.

Portanto, a EJA deve ultrapassar as barreiras escolares e submergir na sociedade colocando o aluno como construtor de conhecimentos e de sua própria aprendizagem para que desta forma, os conteúdos escolares passem a ter mais significado e se tornarem mais atrativos aos alunos.

Como afirma Fuck:

Que a educação seja o processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos, a fim de mudar o rumo da mesma. Como? Acreditando no educando, na sua capacidade de aprender, descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as consequências de sua escolha. Mas isso não

será possível se continuarmos bitolando os alfabetizandos com desenhos pré-formulados para colorir, com textos criados por outros para copiarem, com caminhos pontilhados para seguir, com histórias que alienam, com métodos que não levam em conta a lógica de quem aprende (FUCK, 1994, p. 14 - 15).

Portanto, a escola é por essência um ambiente onde há uma convivência maior com a escrita e com a ciência considerando essas duas formas de estudo fundamentais para uma construção de aprendizagem significativa para o aluno no convívio social e para poder seguir o seu caminho e potencializar os efeitos dessas conquistas escolares, sociais e culturais, tornando o aluno apto a se desenvolver no meio escolar e social em que está inserido.

Gomes (2011) aborda que a inclusão da EJA no Fundeb, em 2007, comemorada à época como uma grande conquista para tirar essa modalidade do campo marginal das políticas públicas educacionais parece não ter se consolidado, em termos de matrículas e garantia de aplicação de recursos. As matrículas totais e o número de escolas ofertando EJA estão em queda. Aparentemente, as matrículas que são contadas para a repartição do dinheiro do Fundo, não se beneficiam dos recursos na mesma proporção. Nesse momento, é importante entender as variáveis envolvidas nesse processo de encolhimento da EJA, que não parecem se esgotar nas características de implantação do Fundeb.

Efetivar o direito à educação dos jovens e dos adultos ultrapassa a mera ampliação da oferta de vagas nos sistemas públicos de ensino. É necessário que o ensino seja adequado aos que ingressam na escola ou retornam a ela fora do tempo regular. O jovem ou o adulto que constitui o público da EJA é sujeito com identidade, saberes, cultura e valores próprios e estes devem ser priorizados na hora de construir o currículo, para que desta forma possa atender as necessidades do educando da EJA.

Pois, como aborda o Manual do Educador da coleção Tempo de Aprender (2009), a Educação de Jovens e Adultos é parte integrante do projeto sociopolítico global da luta popular na sociedade de classes. É parte do processo global de formação e capacitação popular. Onde se almeja uma educação capaz de contribuir para a formação de homens e mulheres dotados de consciência social e de responsabilidade histórica, aptos para a intervenção coletiva organizada sobre a

realidade, a partir de sua comunidade local, sempre em busca da melhoria de qualidade de vida para todos.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A globalização alterou significativamente as relações sociais do homem, principalmente no que diz respeito às mudanças que se fazem necessárias à boa formação do educador de jovens e adultos, já que está claro que, a atuação destes profissionais em classes de pessoas jovens e adultas não pode acontecer da mesma forma que nas classes regulares com o público infantil. Uma vez que a metodologia de ensino aplicada no processo deve ser adequada à realidade da clientela para que a aprendizagem realmente seja efetivada.

Assim, a formação desses educadores deve ser pautada no ensino individual e técnico, profissional e político, visando o desenvolvimento dos alunos como pessoas, nas suas múltiplas dimensões e possibilidades. Pois o conhecimento prévio é chave para quem trabalha com a educação de jovens e adultos. Reconhecer os educandos desta modalidade como portadores de cultura e de saberes, é o primeiro passo para o sucesso, visto que o adulto não alfabetizado não deixa de ser uma pessoa instruída pelo fato de não saber ler e escrever, pois ele só não teve acesso ao conhecimento formal.

O alfabetizador, mediante sua formação, deve proporcionar muito mais que saberes sistematizados, mas a valorização da cultura, das necessidades do indivíduo num processo de liberdade de pensar, questionar, acompanhando sempre os movimentos da realidade, onde alfabetizador/alfabetizando estarão juntos no processo contínuo de desenvolvimento e de aprendizagem (SOEK, 2009, p.26).

Sabemos que a educação é um direito para todos os cidadãos e um dever do Estado, se sabemos que a grande maioria da população, principalmente aos menos favorecidos, que por diversos motivos não tem acesso ao ensino apesar de todas essas propostas.

Segundo Freire (*apud* GADOTTI, 1979, p. 72), a UNESCO nos mostra, através de dados, que o número de analfabetos no mundo tem aumentado e o Brasil engrossa cada vez mais esta estatística. Esse fracasso, de acordo com Freire (*apud*

GADOTTI, 1979, p. 72) pode ser explicado por vários problemas, tais como: a concepção pedagógica, os problemas metodológicos, a evasão escolar entre outros.

O professor/alfabetizador da EJA como de qualquer outro curso não deve está pensando apenas em melhorar a sua renda mensal, ele têm que estar comprometido com a necessidade de sua clientela, não há nenhum programa educacional eficaz sem a atuação do professor, os programas pedagógicos não são como receita pronta que pode ser copiada por qualquer pessoa.

Quem executa o trabalho na sala de aula tem que ter eficiência, formação e estar atento nos desejos, interesses e necessidades de seus alunos, neste sentido os professores da EJA tem a obrigação de fazer a diferença, caso contrário os objetivos educacionais não serão alcançados plenamente e dará margem ao índice elevado de evasão. Se o aluno não estiver se sentindo motivado, ele não vai permanecer na escola por muito tempo e evadindo-se da escola por certo perderá a chance de ser um cidadão qualificado para atuar na sociedade com mais produtividade.

Assim, cabe à equipe escolar buscar condições, alternativas e currículos adequados à realidade desses sujeitos, ou seja, adotar uma prática de alfabetização que leve em conta os saberes, os conhecimentos prévios até então produzidos e as experiências de vida dos alfabetizados da EJA.

Pois, como afirma Freire (1996):

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. Por isso mesmo pensar certo coloca o professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 1996, p. 33).

Com isto, percebe-se que um dos principais desafios da Educação de Jovens e Adultos é a exigência de um olhar cuidadoso sobre as questões que podem interferir na motivação dos alunos em sala de aula, uma vez que, um dos fatores que mais dificultam a aprendizagem encontra-se no fato de o alfabetizando

iniciar ou recomeçar a vida estudantil na fase adulta, onde a sua atenção estará mais direcionada para a família e para o trabalho.

A EJA tem o compromisso de acompanhar o aluno durante todo o tempo necessário à sua formação, proporcionando o seu desenvolvimento intelectual. Neste sentido a Educação de Jovens e Adultos tem que usar materiais didáticos e metodologias adequadas a faixa etária do aluno, bem como motivadoras, tratando daquilo que faz parte de seus interesses, dentro e fora da sala de aula, facilitando o conhecimento e a compreensão da sociedade em que vivem.

Esta prática de intervenção pedagógica na EJA pautada na construção de uma proposta de intervenção se dá, à medida que conseguimos ler o que vivemos analisando nossas intenções frente a todo esse processo. Para tanto deve o alfabetizador ter apoio nas discussões teórico-práticas, problematizando o fazer docente. Dessa forma, uma prática diferente é construída com base no fazer contínuo, ao longo da vida, das experiências e vivências tanto escolares quanto sociais, tanto do alfabetizador quanto do alfabetizando.

Para isto, é preciso que o professor trace o perfil sociocultural dos alunos da EJA com base não apenas em dados estatísticos, mas em pesquisas e levantamento de dados a respeito dos mesmos e dos contextos em que estão inseridos, para desta forma, realizar reflexões acerca de sua formação e do fazer docente no momento do planejamento das atividades propostas.

Se os jovens e adultos na sua infância por alguma razão não foram inseridos na escola ou dela teve que evadir, a essa pessoa deve ser dada a oportunidade de ser inserido no mercado de trabalho. Arroyo (2006, p. 23) argumenta que “os jovens e adultos continuam visto na ótica das carências escolares, não tiveram acesso na infância e na adolescência ao ensino fundamental, ou dele foram excluídos ou se evadiram, logo propiciemos uma segunda oportunidade”. No entanto esta segunda oportunidade deve estar em conformidade com as adequações desta modalidade de ensino para que estes jovens e adultos permaneçam na escola.

Um dos fatores que contribui para o sucesso escolar na modalidade de ensino da EJA é a bagagem de conhecimentos adquiridos em outras instâncias sociais, e a escola deve ressaltar este elemento e perceber que não é o único espaço de produção e socialização dos saberes. Essas experiências de vida são significativas para o processo ensino aprendizagem e deve desta forma ser

considerada e ressaltada durante todo o processo. Pois como afirma Freire (1996, p. 30), “[...] ensinar exige respeito aos saberes e cultura dos alfabetizados”.

Para o aluno não desistir dos estudos o sistema educacional da Educação de Jovens e Adultos tem de ser de qualidade não aquele que exige que o aluno adapte-se à transmissão de conteúdos considerados adequados, uma escola que busque atender a todos os indivíduos a partir de suas necessidades, ou seja, um sistema, em que as disciplinas tornem-se um meio para explicar o mundo e preparar para a vida.

Como Brandão afirma: “A educação não serve para preparar pessoas e grupos humanos, ao contrário, a educação deve ser dedicada a acompanhar ao longo de toda vida”. (BRANDÃO, 2002, p.206)

Portanto a EJA tem o compromisso de dar este acompanhamento por tempo necessário à formação dos jovens e adultos que buscam na escola a sua formação intelectual. Neste sentido a EJA tem que usar materiais didáticos e metodologia adequada a faixa etária do aluno, bem como motivadoras, tratando daquilo que faz parte de seus interesses, dentro e fora da sala de aula facilitando o conhecimento e a compreensão da sociedade em que vivem.

Para Jovens e Adultos a escola representa um espaço de sociabilidade, de transformação social e de construção do conhecimento, também é a conquista de um direito pessoal. Toda pessoa que volta a estudar abre-se um leque de novas oportunidades que servirão para o crescimento pessoal. É no contato com o outro e na convivência de relações e experiências que esquecemos nosso modo de ver e agir no mundo.

Vale destacar que outras motivações levam estes alunos para a escola já que ela funciona assim como um espaço de conhecimento que proporcionará mudanças na sua vida. A escola deve abolir de imediato, a cultura do supérfluo, selecionando conteúdos mais significativos e atuais, não se pode contribuir para que o desinteresse se instale e esvazie o espaço de aprendizagem. A escola não pode ser substituída por nada, ela é a fonte do conhecimento que todos precisam. Brandão afirma que “a educação é insubstituível dentre todas as práticas culturais da vida humana” (BRANDÃO, 2002, p.187).

Nada substitui a educação escolar, só uma formação com qualidade e responsabilidade poderá abrir novos horizontes na vida do jovem ou do adulto que

ainda não conquistou o seu espaço sonhado na sociedade. Por esta razão a escola representa um lugar de onde oportunidade para a formação humana com sucesso.

Neste sentido, o professor/alfabetizador deve refletir sobre a riqueza e variedade das experiências dos alfabetizados, seus saberes e interesses; respeitando sua origem regional, valorizando sua linguagem, evitando a infantilização ou criação de linguagem artificial e propiciar o exercício da imaginação e da criatividade tanto na oralidade quanto no uso da palavra escrita.

Assim, a prática pedagógica do professor/alfabetizador da Educação de Jovens e Adultos deve estar comprometida com uma metodologia de ensino que favoreça a relação ação-reflexão-ação e que possibilite ao alfabetizado a compreensão de suas experiências e a construção do conhecimento sistematizado adquirido na escola.

Como aborda Freire:

Ensinar exige disponibilidade para o diálogo, pois o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inclusão em permanente movimento da história (FREIRE, 1996, p. 154).

Realizando um trabalho dialógico, a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, a EJA objetiva formar cidadãos capazes de lutar por seus direitos e de se apropriar de conhecimentos mediados pelo professor/alfabetizador para se aprimorar no mundo do trabalho e na prática social com vistas a conciliar as experiências cotidianas, a vida em sociedade e a atividade produtiva para o enfrentamento das novas situações que ocorrem no dia a dia e dos inevitáveis conflitos que se apresentam na sociedade contemporânea.

Conhecer o mundo diversificado onde atua o professor alfabetizador da Educação de Jovens e Adultos e as formas de produção do conhecimento é ponto de partida para refletir, compreender e buscar soluções para melhoria do ensino. Para tanto, faz-se necessário conhecer a rotina da escola onde se está incluído: organização curricular, planejamento de aula, a seleção de conteúdos, os materiais didáticos, as estratégias e recurso de ensino bem como o espaço onde ocorrem tais significações.

Desta forma, o professor/alfabetizador estará contribuindo com sugestões didático-pedagógicas que de alguma forma possam auxiliar o seu trabalho enquanto mediador do conhecimento, com algumas possibilidades metodológicas não no sentido de “receitas de alfabetização” nem mesmo em ordem de sequencialidades, mas sugestões e encaminhamentos pedagógicos que de alguma forma contribuam para o saber-fazer docente na alfabetização de jovens e adultos.

O TRABALHO DO PROFESSOR/ALFABETIZADOR DA EJA COMO MEDIADOR DE CONHECIMENTOS

O trabalho do professor/alfabetizador da EJA, que, na perspectiva sóciointeracionista, atua como mediador do conhecimento deve buscar agir de forma que respeite e atue na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, com base em diferentes linguagens, as quais devem estar adequadas e acessíveis aos alunos, para que estes possam entender sempre a mensagem transmitida.

De acordo com Vygotsky (1994 *apud* SOEK 2009), o conceito de zona de desenvolvimento proximal, representa a distância entre o nível real, simbolizado pela capacidade do aluno resolver atividades individualmente, e o nível de desenvolvimento potencial, representado pela capacidade de resolver problemas com a ajuda de pessoas mais experientes como o professor/mediador. É nesta esfera que o professor deve atuar para que obtenha o progresso e o desenvolvimento escolar do alfabetizando da EJA de forma integral.

Assim, o professor deve intervir quando necessário para levar o aluno a conhecer e dominar aquilo que ainda não sabe, motivando e valorizando os conhecimentos prévios. Para isto, os conteúdos devem respeitar esta zona de desenvolvimento proximal, levando em consideração as limitações e dificuldades típicas dos alunos da EJA.

O trabalho do professor da EJA deve ser, por meio de conteúdos significativos, expondo-os de forma organizada e com uma sequência que vai do geral ao particular e do mais simples ao mais complexo para que o aluno possa assimilar os conteúdos propostos.

Segundo Soek (2009, p. 35), o trabalho do professor/alfabetizador deve levar o jovem e o adulto para além da prática, refletindo sobre o processo que a

constitui e sobre as relações envolvidas no estabelecimento de sua realidade. Esta tarefa requer constante aprendizado da parte do alfabetizador, não só com a atualização por meio de leituras, mas com a reflexão sobre a sua prática, realizando pesquisas no espaço em que atua.

Este ensino precisa ser necessariamente dialógico porque acompanha o raciocínio do adulto a partir da intervenção e o provoca com novas reflexões com o conhecimento científico, formando um indivíduo crítico. Isto equivale a proporcionar aos alfabetizados o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre o processo envolvido na produção de uma determinada realidade ou de uma determinada teoria e conceito, bem como reconhecer quais são as suas facilidades e dificuldades no entendimento do processo ensino aprendizagem.

Estrela (1994) ressalta que as concepções pedagógicas reconhecem a importância dos saberes da experiência e da reflexão crítica na maioria das práticas do professor. Portanto, os professores/alfabetizadores devem assumir a tarefa de ensinar a fim de que seus alfabetizados desenvolvam uma atividade intelectual significativa, visto que só uma prática reflexiva pode dar inteligibilidade a todas as reações de um professor na sala de aula e conseqüentemente às aprendizagens e ações dos alunos.

Com isto, se faz extremamente importante que o professor/alfabetizador aprenda a formular questões e hipóteses e a selecionar recurso, instrumentos e dados que os ajudem a explicar os problemas e a encontrar caminhos alternativos na atuação docente. Assim, ele irá contribuir com sugestões didático-pedagógicas que de alguma forma possam auxiliar o trabalho do alfabetizador enquanto mediador do conhecimento.

Para isto, o professor/alfabetizador deve levar o adulto para além da prática, refletindo sobre o processo que a constitui e sobre as relações envolvidas no estabelecimento de sua realidade. A escola precisa para isto ser competente naquilo que lhe cabe: ensinar e ensinar bem, possibilitando o desenvolvimento da consciência crítica e reflexiva a partir da ciência e da arte, bem como de valores ético e morais e de ações transformadoras.

Constituir-se professor/alfabetizador de jovens e adultos é mais do que constituir-se meramente um professor que dá aula, pois o compromisso com os oprimidos e com a classe trabalhadora torna-o um agente com a possibilidade de instigar processos de conscientização que primam pela libertação em detrimento do

aprisionamento junto aos seus alfabetizandos nas mesmas correntes da justiça social. Trata-se de um posicionar-se que requer, acima de tudo, uma identidade conscientizada e conscientizadora.

Como afirma Soek (2009, p.24) o alfabetizador da EJA poderá constituir-se sujeito autor e intelectual crítico e reflexivo que pensa, cria, transforma e produz conhecimentos a partir de sua prática, pois ele é um importante agente no processo de construção e transformação das condições subjetivas e objetivas do processo educativo. Portanto, o professor teve e tem a sua importância histórica e é na sua ação consciente que rompe com os ideais das classes dominantes. Constituindo-se assim como um agente que contribui para o processo de transformação social e cultural.

Entende-se assim, que o professor/alfabetizador de jovens e adultos, por meio de uma atitude ética com os alfabetizandos, descobre-se aprendendo uma ação recíproca e toma ciência do quão verdadeiro é a premissa freiriana – “ninguém ensina ninguém” – porque ambos, alfabetizador e alfabetizandos, encontram-se em processo de construção e formação permanente.

Freire defendia a ideia de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, portanto a alfabetização do sujeito deve possibilitar uma leitura crítica do ambiente no qual está inserido. No trabalho pedagógico com a alfabetização, além de ensinar o código letrado, ensina-se uma maneira de ler e interpretar o mundo, pela qual são repassados valores, ideologias, crenças. Assim, mais do que ensinar a ler e a escrever o alfabetizador deve ensinar seus alfabetizandos a “leitura de mundo” que precede a leitura das palavras.

Neste sentido, o professor/alfabetizador deve refletir sobre a riqueza e variedade das experiências dos alfabetizandos, seus saberes e interesses; respeitando sua origem regional, valorizando sua linguagem, evitando a infantilização ou criação de linguagem artificial e propiciar o exercício da imaginação e da criatividade tanto na oralidade quanto no uso da palavra escrita.

Desta forma, como ressalta o Manual do Educador da coleção Tempo de Aprender (2009), esta educação busca inspiração na concepção libertadora da práxis de Paulo Freire. Implica, portanto, um caminho que parte da leitura da realidade, dos temas sociais de abrangência e urgência nacional e dos temas de interesse local. Para o estudo destes temas, faz-se necessário buscar recursos científicos. Daí a importância das áreas disciplinares concebidas como meios para o

estudo e intervenção sobre a realidade. Elas não serão mais entendidas como fim em si mesmo, pois precisamos do conhecimento disciplinar para através dele poder descrever e interpretar o mundo, como meios para expressar a nossa compreensão de mundo, como meios para agirmos sobre o mundo, recriando-o, organizando-o de acordo com as nossas necessidades, nossos sonhos coletivos, e não apenas nos adaptando a ele.

Assim, a prática pedagógica do professor/alfabetizador da EJA deve estar comprometida com uma metodologia de ensino que favoreça a relação ação-reflexão-ação e que possibilite ao alfabetizando a compreensão de suas experiências e a construção do conhecimento.

Como aborda Freire:

Ensinar exige disponibilidade para o diálogo, pois o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inclusão em permanente movimento da história (FREIRE, 1996 p. 154).

Realizando um trabalho dialógico, a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, a EJA objetiva formar cidadãos capazes de lutar por seus direitos e de se apropriar de conhecimentos mediados pelo professor/alfabetizador para se aprimorar no mundo do trabalho e na prática social com vistas a conciliar as experiências cotidianas, a vida em sociedade e a atividade produtiva para o enfrentamento das novas situações que ocorrem no dia a dia e dos inevitáveis conflitos que se apresentam na sociedade contemporânea.

Conhecer o mundo diversificado onde atua o professor alfabetizador e as formas de produção do conhecimento é ponto de partida para refletir, compreender e buscar soluções para melhoria do ensino. Para tanto, faz-se necessário conhecer a rotina da escola onde se está incluído: organização curricular, planejamento de aula, a seleção de conteúdos, as estratégias e recurso de ensino bem como o espaço onde ocorrem tais significações.

O objetivo dessas proposições é o foco de observação, a sala de aula e as formas de produção do conhecimento expressam um sentido autêntico, buscando criar na escola um ambiente de plena liberdade, no qual se possa questionar, refletir, criar, elaborar e construir o conhecimento, que possibilite à luz das considerações

teóricas e práticas superar as dificuldades, relampejando e propondo novas propostas, pedagógicas com base nas análises do observado.

Desta forma, o professor/alfabetizador estará contribuindo com sugestões didático-pedagógicas que de alguma forma possam auxiliar o seu trabalho enquanto mediador do conhecimento, com algumas possibilidades metodológicas não no sentido de “receitas de alfabetização” nem mesmo em ordem de sequencialidades, mas sugestões e encaminhamentos pedagógicos que de alguma forma contribuam para o saber-fazer docente na alfabetização de jovens e adultos.

Apesar de que, como aborda Gomes (2011), a Educação de Jovens e Adultos, tanto no ensino fundamental quanto no médio, padece da falta de diversidade de materiais didático-pedagógicos, especialmente se consideramos a variedade de públicos que ela atende.

Assim sendo, convém registrar duas outras ações do MEC. A realização do concurso “Literatura para Todos”, cuja quarta edição ocorreu em 2010. A iniciativa procura democratizar o acesso à leitura, constituindo um acervo bibliográfico literário específico para jovens, adultos e idosos recém-alfabetizados e criar uma comunidade de leitores. Motivando os alunos da EJA para a continuidade dos estudos e para a formação de leitores proativos e proficientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui arroladas, além de se sustentarem nas teorias de diferentes teóricos, estão fortemente marcadas pelas possibilidades de relação entre os conteúdos sistemáticos do espaço escolar e a contextualização destes com a realidade e o conhecimento prévio do aluno da EJA, realizando uma análise abrangente sobre as causas da evasão escolar nesta modalidade de ensino e as políticas públicas de educação que visam combatê-la.

Desta forma, pretende-se neste texto apresentar algumas conclusões decorrentes do estudo bibliográfico realizado sobre a “Educação de Jovens e Adultos e a evasão escolar: conhecendo as especificidades da EJA”, analisando as necessidades educacionais de professores e alunos da EJA.

A reflexão e problematização acerca da Educação de Jovens e Adultos, embora faça parte do cotidiano educacional, ainda não estão articuladas e entrelaçadas na perspectiva que este estudo buscou indicar, ou seja, estabelecer

relações entre a alfabetização, a Educação de Jovens e Adultos às demais modalidades de ensino, a partir da ótica dos sujeitos como cidadãos com direitos iguais.

Se olharmos para a educação brasileira, desde o período colonial, poderemos perceber que ela tinha um cunho específico direcionado às crianças, mas “indígenas adultos foram também submetidos a uma intensa ação cultural e educacional” europeia. A identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo elitismo que restringia a educação à classe dominante. Dessa forma, a história da educação brasileira foi sendo demarcada por uma situação peculiar que era o conhecimento formal monopolizado pelas classes dominantes.

A educação de adultos das classes pobres sempre foi vista pela classe dominante como desnecessária e até “prejudicial” à felicidade desses trabalhadores. O discurso da elite naturalizava a condição financeira; assim, os menos favorecidos deveriam aceitar a posição à qual foram destinados na sociedade. Na verdade, o que se escondia por trás dessa ideia é que a educação seria subversiva e poderia criar indivíduos perigosos: capazes de entender seu papel enquanto cidadãos, questionadores, insubordinados, “inimigos da sociedade” estabelecida.

Em toda a história do Brasil, a partir da colonização portuguesa, podemos constatar a emergência de políticas de educação de jovens e adultos, focadas e restritas principalmente aos processos de alfabetização, sendo muito recente a conquista, reconhecimento e definição desta modalidade enquanto política pública de acesso e continuidade à escolarização básica.

Essa política de adestramento foi dominante até pouco tempo. A história da EJA no Brasil é, portanto, uma história recente. Com o desenvolvimento industrial e a reorganização do processo do trabalho, iniciou-se uma mudança de postura e interesses da elite em relação à formação do trabalhador. A partir daí, houve valorização da educação de adultos, buscando a capacitação profissional desses trabalhadores. Novas iniciativas têm surgido a fim de garantir uma metodologia adequada a discentes com esse perfil.

A educação escolar passa a ser considerada baluarte do progresso e desenvolvimento da nação. O analfabetismo é compreendido como um “mal e uma doença nacional” e o analfabeto como “inculto, preguiçoso, ignorante e incapaz”, sendo imprescindível o domínio da leitura e escrita para o entendimento e a

execução das emergentes técnicas de produção industrial, atendendo à crescente demanda de urbanização do país.

Os dados de analfabetismo e baixa escolaridade nos desafiam a não só atender a população não alfabetizada gerada nos diferentes processos de exclusão, como também repensar as políticas educacionais e as práticas pedagógicas mais recentes, que impediram e que, por vezes, ainda impedem o acesso, a permanência e o êxito de parte significativa da população na educação escolar.

A análise das propostas pedagógicas de EJA vigentes, bem como o estudo, a reflexão e os debates com os profissionais e educandos desta modalidade de ensino sobre a prática pedagógica das escolas, mostraram a necessidade de reorganização da oferta de EJA, tendo em vista as reais necessidades educativas do jovem, adulto e idoso, no que se refere à sua identidade e à flexibilidade no processo ensino - aprendizagem, na perspectiva de uma pedagogia que viabilize o acesso e, principalmente, a permanência e o êxito do educando no processo de escolarização.

O tempo diferenciado do currículo de EJA em relação ao tempo do currículo na escola regular não significa tratar o conteúdo escolar de forma precarizada ou aligeirada e, sim, abordá-lo integralmente, levando-se em consideração os saberes adquiridos na história de vida dos educandos e, além disso, que o adulto não é uma criança grande e tem clareza do porque e do para que estudar.

Nesse sentido, cabe destacar que concebemos como conteúdos estruturantes na modalidade EJA os mesmos da modalidade regular, nos níveis fundamental e médio, porém com encaminhamento metodológico diferenciado, considerando as especificidades dos educandos da EJA; ou seja, o tempo curricular, ainda que diferente daquele estabelecido para o ensino regular, contempla o mesmo conteúdo. Isso se deve ao fato de que o público adulto possui uma bagagem cultural e de conhecimentos adquiridos em outras instâncias sociais, uma vez que a escola não é o único espaço de produção e socialização de saberes. Assim, é possível tratar do mesmo conteúdo de formas e em tempos diferenciados, tendo em vista as experiências e trajetórias de vida dos educandos da EJA.

Desta forma, sendo a elaboração e implementação da proposta pedagógica - curricular um processo dinâmico, que requer esforço e comprometimento coletivo com a formulação de uma educação de qualidade e adequada às demandas socioeducativas do público da EJA, tal não deve acontecer apenas em cumprimento a uma exigência legal. Garantir a qualidade nos processos educativos é uma

construção cotidiana que envolve mantenedora e escolas, ou seja, todos os sujeitos que fazem a educação escolar.

Este grande desafio exige constante estudo e reflexão sobre as políticas educacionais e sobre a prática pedagógica das escolas da EJA. Assim, estabeleceu-se na proposta pedagógico-curricular a avaliação institucional, que possibilitará, por meio da produção e aplicação de um banco de itens pelas escolas, a compreensão, a reflexão e a mudança da prática pedagógica da escola, bem como da gestão educacional, numa perspectiva processual, formativa e emancipadora.

Na base de todo esse processo de reorganização e reorientação do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos está o desafio de desenvolver processos de formação humana, articulados com os contextos sócio históricos e com o enfrentamento de seus processos de exclusão, garantindo aos educandos jovens, adultos e idosos o acesso, a permanência e o sucesso no início ou no retorno desses sujeitos à escolarização básica como direito fundamental.

Assim, considera-se que os sujeitos da EJA são adultos com dificuldades cognitivas ou sociais, o que não lhes retira o estatuto de adulto, que como tal deve ser respeitado nas suas individualidades e idiossincrasias. Deve-se demonstrar que esses sujeitos devem ser motivados a aprender e que possuem potencialidades e possibilidades para além de suas limitações.

A aprendizagem do jovem e adulto deve ser compreendida a partir de suas necessidades pessoais e sociais, e não somente objetivar atividades de cunho teórico-educacional. O professor da EJA deve trabalhar no processo de formação permanente, de modo que possa motivá-las a ser, pensar e a decidir sobre seus desejos, necessidades e opções de vida, visto que a educação não se limita aos objetivos acadêmicos, Educar é formar, orientar, promover e desenvolver a saúde, a emoção, a socialização, a comunicação, a generosidade, solidariedade. Educar e formar são tarefas de negociação compartilhada e não uma tarefa mecânica e impositiva. É um processo de construção permanente.

A aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos deve estar baseada na possibilidade de que as tarefas da escola possam ajudar os alunos a desenvolver novos significados e novas experiências, e não os significados e experiências criados por outros. Esse processo deve ser integral com a finalidade de formar cidadãos críticos e participativos.

Todas as pessoas são aprendizes e aprendem sempre. O aprendiz jovem e adulto apresenta maior lentidão e uma diferenciação em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, mas não pode ser visto como um ser incapaz de aprender.

A partir da interação com o meio, da mediação e da mobilização, o aluno da EJA será capaz de construir seu conhecimento. A melhor forma de considerar como alguém irá aprender é partir de sua própria realidade, ou seja, do meio em que o aluno está inserido.

Para que a aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos seja significativa, é preciso que o professor/mediador compreenda como o aluno aprende, quais são as suas necessidades, dando atenção a diversidade deste ser singular e levando em conta os êxitos e fracassos escolares anteriores e atuais do mesmo.

A Educação de Jovens e Adultos desde os primórdios de sua criação é uma modalidade de ensino complexa porque envolve dimensões que transcendem a questão educacional. Até alguns anos atrás, essa educação resumia-se à alfabetização como um processo compreendido em aprender a ler e escrever. O professor que se propõe a trabalhar com adultos deve refletir criticamente sobre sua prática, tendo também uma visão ampla sobre a sala de aula, sobre a escola em que vai trabalhar. Tem que ampliar suas reflexões sobre o ensinar, pensando sobre sua prática como um todo. Ele precisa resgatar junto aos alunos suas histórias de vida, tendo conhecimento de que há uma espécie de saber desses alunos que é o saber cotidiano, uma espécie de saber das ruas, pouco valorizado no mundo letrado e escolar.

Um novo pensar sobre a educação de jovens e adultos traz para o âmbito escolar questões relativas ao processo histórico do aluno. Existem muitos motivos que levam esses adultos a estudar, como, exigências econômicas, tecnológicas e competitividade do mercado de trabalho. Vale destacar, que outras motivações levam os jovens e adultos para a escola, por exemplo, a satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade que traz autoestima e a sensação de vencer as barreiras da exclusão.

Dessa forma, quando tomamos um assunto como objeto de uma investigação bibliográfica, temos que levar em consideração a sua relevância para a construção do conhecimento e para a melhoria da problemática no cenário atual. Em conformidade com isto, analisando a realidade da educação brasileira vemos que os

números são desastrosos e preocupantes. A situação atual da Educação de Jovens e Adultos demonstra que o Brasil ainda não conseguiu garantir, na prática, a educação à todas as pessoas, como garante a constituição. Milhões de pessoas espalhadas por este imenso país, ainda não foram alcançadas por um dos direitos básicos de toda pessoa que é a educação.

E as escolas e professores ainda não estão totalmente preparados para oferecer a esta clientela discente uma formação educacional de qualidade e que atenda as suas demandas e necessidades.

Assim, pensando na melhor forma de facilitar o domínio das competências e habilidades na Educação de Jovens e Adultos, se faz necessário tratar esta formação de forma mais dinâmica e contextualizada, revendo e revisando as práticas pedagógicas, adequando as estratégias de ensino para que se efetive a aprendizagem significativa.

Este estudo bibliográfico subsidiará os professores da EJA para que estes possam abranger seus conhecimentos e horizontes frente ao trabalho com os jovens e adultos podendo conceber que existem diversos tipos de realidades e que estas devem ser ressaltadas e valorizadas no momento do planejamento das aulas.

Desta forma, das especificidades da EJA e de sua clientela é de suma importância para o desenvolvimento intelectual do indivíduo, tornando-se uma habilidade facilitadora da aprendizagem através de ações desenvolvidas na prática diária. A interação com o processo ensino aprendizagem tem um importante destaque, uma vez que irão contribuir no desenvolvimento dos processos cognitivos, através da ação, pois a função interativa e comunicativa é essencial no processo de transição do interpessoal em intrapessoal; na formação do pensamento e da consciência; na organização e planejamento da ação; na regulação do comportamento humano e, em todas as demais funções desempenhadas pelo ser humano.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Wagner Roberto. **A política de educação de jovens e adultos desenvolvida pela APEART no Paraná: recontando sua história e seus princípios, seus passos e (des) compassos.** 2002. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Marília.
- ARROYO, M. **Educação de Jovens e Adultos, um campo de direito e responsabilidade Autêntica.** Belo Horizonte: Vozes, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: PNLD 2011: EJA / Ministério da Educação.** – Brasília: MEC; SECAD, 2010.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental. Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos; Seguimento do Ensino Fundamental; 5ª a 8ª série, introdução/ Secretaria de Educação Fundamental, 2002.**
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2001 e Resolução CNE/CBE nº 1/2000. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC, maio 2000.
- BRUNEL, Carmem. **Jovem cada vez mais jovem na EJA.** Porto Alegre: Mediação 2004.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber.** Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CORREIA, Alba Patrícia Gonçalves, *et al.* **Educação de Jovens e Adultos – EJA Ensino Fundamental e Ensino Médio.** Referencial Curricular de Rondônia, 2013.
- EDUCAÇÃO de jovens e adultos_ EJA: 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental: **Manual do educador.** 2ª Ed. São Paulo: IBEP, 2009. Coleção Tempo de Aprender. P.3 _ 110.

ESTRELA, Albano. **Teoria e prática de observação de professores**. Uma estratégia de formação de professores. Porto: Porto Editora, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUCK, Irene Terezinha. **Alfabetização de Adultos**. Relato de uma experiência construtivista. 2ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GADOTTI, Moacir. **A educação contra a educação: o esquecimento da educação e a educação permanente**. Prefácio de Paulo Freire. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.

GOMES, Ana Valesca Amaral. **Educação de Jovens e Adultos no PNE 2001 – 2010**. Consultoria Legislativa da Área XV Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, Brasília, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA, 2010a). Comunicado nº66. “PNAD 2009. **Primeiras análises: Situação da educação brasileira – avanços e problemas**”. Brasília, novembro de 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118_comunicadoipea66.pdf . Consultado em 05.09.2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA, 2010b). Comunicado nº70. **“Evolução do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil – Período 2004-2009”**. Brasília, dezembro de 2010. Disponível em: www.ipea.gov.br Consultado em 05.09.2013

LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692 de 11/08/71., cap. IV. Ensino supletivo. **Legislação do Ensino Supletivo**, MEC, DFU, Departamento de documentação e divulgação, Brasília, 1974.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) e ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CULTURA E A CIÊNCIA (Unesco). **Documento Nacional reparatório à VI Confitea**”. Brasília, 2008. Disponível em: www.mec.gov.br/secad Consultado em 06.09.2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Alfabetização e educação de jovens e adultos**. Brasília, 2013.

MOREIRA, A. F. B. Currículo e avaliação. **Indagações sobre o currículo**. MEC/SEB. Brasília, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CULTURA E A CIÊNCIA (Unesco). “Marco de Ação de Belém”. **VI Conferência Internacional de Educação de Adultos**. Brasília, abril de 2010.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PAIVA, Vanilda P. **Educação popular e educação de adultos**. 5ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1983.

PIERRO, Maria Clara di. EJA em segundo plano. Especial EJA. **Revista Nova Escola**. Editora Abril. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/eja-plano-618045.shtml> Acesso em: 13 set. 2013.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico crítica**: primeiras aproximações. 4ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 1994.

SOEK, Ana Maria *et al.* **Mediações pedagógicas na alfabetização de jovens e adultos**. Curitiba: Positivo, 2009.